

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (01/07/2026 A 09/07/2026)

MINERAÇÃO

- **Novo sistema da ANM moderniza recolhimento da CFEM**

Plataforma digital amplia segurança, integra novos meios de pagamento e fortalece o controle da arrecadação mineral

A Agência Nacional de Mineração (ANM) iniciou a operação da Plataforma de Gestão de Recursos Minerais (PGRM) para o recolhimento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), substituindo gradualmente o sistema utilizado há mais de duas décadas. Desenvolvida pelo Serpro, a nova plataforma busca ampliar a segurança, a transparência e a eficiência da arrecadação, exigindo autenticação por meio da conta gov.br, o que reduz o risco de emissão indevida de guias e fortalece o controle sobre as operações. O sistema também registra de forma detalhada cada recolhimento, identificando o tipo de operação e a respectiva base de cálculo, sem alterar o prazo de pagamento da CFEM.

Outra novidade é a integração com o PagTeseuro, que permitirá o pagamento da compensação por Pix, cartões de débito e crédito e carteiras digitais, conferindo maior praticidade aos contribuintes. A implementação será gradual e o sistema anterior continuará sendo utilizado para fatos geradores ocorridos até outubro de 2017, enquanto os recolhimentos referentes a novembro de 2017 em diante deverão ser realizados exclusivamente pela PGRM. Segundo a ANM, a plataforma também integra a Declaração de Informações Econômico-Fiscais (DIEF CFEM), fortalecendo a fiscalização, o combate à sonegação e à inadimplência, além de tornar mais transparente e auditável a distribuição dos recursos da CFEM para estados e municípios.

Fonte: [Link](#)

- **Brazilian Critical Minerals capta US\$ 10 milhões para projeto de terras raras no Amazonas**

Recursos serão destinados ao desenvolvimento do Projeto Ema e ao avanço das etapas de licenciamento, engenharia e implantação

A Brazilian Critical Minerals Limited (BCM) concluiu uma captação institucional de aproximadamente US\$ 10 milhões com o objetivo de acelerar o desenvolvimento do Projeto Ema, de terras raras, localizado em Apuí (AM), até a decisão final de investimento. A operação envolve a emissão de cerca de 190,1 milhões de novas ações ao preço de US\$ 0,053 por ação, com desconto de 3,6% em relação ao último preço de negociação. Segundo a empresa, a forte demanda de investidores institucionais reforça a confiança no projeto, que, de acordo com o estudo de viabilidade, possui um dos menores custos de capital entre os projetos de terras raras do Ocidente e potencial para se tornar uma importante fonte de fornecimento desses minerais estratégicos. Com a captação, a BCM estima elevar seu caixa para aproximadamente US\$ 14 milhões, antes dos custos da captação.

Os recursos serão destinados às atividades de pré-desenvolvimento do projeto, incluindo engenharia e projetos preliminares, perfuração dos primeiros poços de produção, aquisição de equipamentos, avanço dos processos de licenciamento, negociações de contratos de fornecimento, parcerias estratégicas e capital de giro. Além disso, o Projeto Ema possui um recurso mineral indicado e inferido de 1,07 milhão de toneladas, com teor de 732 partes por milhão de óxidos de terras raras totais, e seu estudo de viabilidade prevê a produção de um carbonato misto de terras raras por meio de recuperação *in situ*, com taxa estimada de recuperação de 55% ao longo da vida útil da mina.

Fonte: [Link](#)

- **Descarbonização ganha papel estratégico na mineração e na siderurgia**

Transição energética exige integração entre tecnologia, infraestrutura e planejamento para reduzir emissões e manter a competitividade

A descarbonização consolidou-se como um dos principais fatores estratégicos para os setores de mineração e siderurgia, na medida em que, com o avanço das exigências regulatórias, da rastreabilidade das emissões e das transformações nas cadeias globais de suprimento, evidencia-se que as empresas têm começado a incorporar a gestão das emissões de carbono como elemento central de suas estratégias. Na mineração, a redução das emissões envolve desafios relacionados ao uso de diesel em equipamentos, ao consumo de energia elétrica e à operação em regiões remotas, tornando necessária a integração entre energia, infraestrutura, confiabilidade e

operação. Na siderurgia, a transição é ainda mais complexa devido aos processos de alta temperatura e aos ativos de longa vida útil, exigindo diferentes rotas tecnológicas conforme as características de cada operação.

Neste sentido, o artigo destaca que a descarbonização demanda investimentos expressivos em eletrificação, modernização de equipamentos, digitalização, infraestrutura energética e novas tecnologias, além de políticas públicas capazes de reduzir riscos e estimular a inovação. No Brasil, a matriz elétrica predominantemente renovável e a relevância do país na cadeia mineral e do aço representam oportunidades para uma indústria de menor intensidade de carbono, desde que acompanhadas de capacidade de execução.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **ANP e Petrobras firmam acordo para adequação de 335 poços marítimos**

Termo de conciliação estabelece cronograma até 2030, compensação financeira e medidas para reforçar a segurança operacional

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Petrobras assinaram Termo de Conciliação, para adequar 335 poços marítimos aos requisitos do Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento da Integridade de Poços (RT-SGIP). O acordo encerra a controvérsia sobre os prazos para abandono permanente ou monitoramento de poços em abandono temporário não monitorado, e estabelece que a Petrobras será responsável pela adequação de todos os poços abrangidos, incluindo aqueles cuja operação foi transferida a outras empresas. As atividades deverão ser concluídas até 31 de dezembro de 2030, com cronograma anual e semestral baseado no grau de risco de cada poço e acompanhamento contínuo pela ANP. Em contrapartida à flexibilização do prazo regulamentar, a Petrobras pagará R\$ 300 milhões à ANP, sendo R\$ 105 milhões em até 30 dias após a assinatura do termo e o saldo remanescente em 48 parcelas mensais corrigidas pela taxa Selic. O acordo também prevê a disponibilização de dados técnicos e geoquímicos acumulados desde 1974, o acesso da ANP, por 20 anos, a um banco internacional de dados sobre petróleo, rochas e águas de formação, a adesão da companhia ao mecanismo de cooperação *Mutual Assistance Principles* (MAP) e a disponibilização de ferramentas

para intervenções em poços operados por terceiros.

Fonte: [Link](#)

- **Abvidro vai ao Cade para afirmar abuso de posição dominante da Petrobras no mercado de gás**
Entidade afirma que controle da infraestrutura limita a concorrência e mantém elevados os preços do gás para a indústria

A Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro) apresentou representação ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contra a Petrobras, alegando abuso de posição dominante no mercado de gás natural. Segundo a entidade, a estatal dificulta o acesso de terceiros aos gasodutos de escoamento e às unidades de processamento de gás, em afronta ao princípio do acesso não discriminatório previsto na Nova Lei do Gás (Lei nº 14.134/2021). Na avaliação da associação, essa conduta restringe a entrada de novos agentes no mercado, reduz a concorrência e contribui para a manutenção de preços elevados do gás natural para os consumidores industriais.

Ainda, a Abividro estima que a Petrobras arrecade cerca de R\$ 11 bilhões por ano acima dos valores considerados adequados em estudos da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), em razão das tarifas cobradas pelo uso da infraestrutura. O tema também vem sendo acompanhado pelo Ministério de Minas e Energia (MME), que solicitou à ANP a regulamentação, em caráter prioritário, do acesso de terceiros às infraestruturas de escoamento e processamento, com critérios transparentes para remuneração e divulgação dos custos operacionais. De acordo com o MME, a ausência dessa regulamentação pode favorecer negociações desequilibradas e comprometer a abertura do mercado de gás natural prevista na legislação.

Fonte: [Link](#)

- **ANP reforça monitoramento do abastecimento de combustíveis na Região Norte durante a estiagem**
Agência acompanha planos de contingência e riscos logísticos para prevenir desabastecimento na região

A ANP intensificou o monitoramento do abastecimento de combustíveis na Região Norte durante

o período de estiagem de 2026, com o objetivo de prevenir impactos logísticos decorrentes da redução da navegabilidade dos rios e dos efeitos do fenômeno El Niño. A iniciativa dá continuidade às ações desenvolvidas desde 2023 e envolve a análise dos planos de contingência apresentados pelas empresas que atuam na região, entre elas Amazongás, Fogás, Atem, Vibra, Raízen, Ipiranga, Equador, Ream e Petrobras. De acordo com a Agência, mesmo durante as duas maiores secas já registradas na região, não houve desabastecimento de combustíveis.

Além da avaliação dos planos de contingência, a ANP promove reuniões técnicas com os agentes regulados e mantém articulação com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), a ANEEL e o MME para acompanhar as condições hidrológicas e seus reflexos sobre a logística de abastecimento. As informações levantadas subsidiarão a elaboração do Relatório de Abastecimento da Região Norte 2026 e poderão orientar a adoção de medidas adicionais para garantir a segurança do abastecimento durante o período de estiagem.

Fonte: [Link](#)

- **Câmara aprova crédito de R\$ 10 bilhões para subsidiar preço do diesel**

Medida provisória destina recursos à ANP e segue para análise do Senado

A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória nº 1.344/2026, que abre crédito extraordinário de R\$ 10 bilhões no Orçamento de 2026 para subsidiar parte do preço do diesel, em razão dos impactos da guerra no Oriente Médio sobre os combustíveis. A proposta foi aprovada em votação simbólica e seguirá para análise do Senado Federal.

Os recursos, provenientes do superávit financeiro apurado em 2025, poderão ser utilizados até 31 de dezembro de 2026 e serão destinados à ANP, agência responsável pela operacionalização do pagamento da subvenção.

Fonte: [Link](#)

- **ANP intensifica fiscalização contra preços abusivos de combustíveis**

Agência realizou 146 ações em 16 estados e reforça atuação para coibir práticas anticoncorrenciais no mercado

A ANP realizou 146 ações de fiscalização entre os dias 29 de junho e 3 de julho, com foco no

combate a preços abusivos de combustíveis, em cumprimento às atribuições conferidas pelas Medidas Provisórias nº 1.340/2026 e nº 1.349/2026. As operações abrangeram 16 estados e incluíram postos revendedores de combustíveis, revendedores de GLP e um agente de comércio exterior, de forma que foram notificados os estabelecimentos para apresentação de notas fiscais de aquisição dos combustíveis, a fim de subsidiar a análise de eventuais práticas abusivas.

Caso sejam identificadas irregularidades, a ANP poderá instaurar processos administrativos e aplicar sanções, incluindo multas que variam de R\$ 50 mil a R\$ 500 milhões, conforme a gravidade da infração e o porte do agente econômico.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **Agnes da Costa defende aprovação de regras para cortes de geração na ANEEL**

Diretora afirma que nova regulamentação dará maior previsibilidade ao curtailment e reduzirá custos para os consumidores

Durante o EVEx Brasil 2026, a diretora da ANEEL, Agnes da Costa, defendeu a aprovação da norma que estabelecerá novos critérios para os cortes de geração de energia, o curtailment, tema discutido há sete anos no âmbito da Consulta Pública nº 45/2019. Relatora do processo, ela explicou que a proposta organiza os empreendimentos em três blocos, conforme o impacto dos cortes sobre os encargos do sistema, priorizando a redução de custos para os consumidores. O texto também prevê um período de transição de um ano para que os agentes do setor, o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) adaptem seus procedimentos, com rateio transitório dos cortes segregado por fonte de geração, como solar e eólica.

A diretora também afirmou que a Procuradoria da ANEEL reconheceu a possibilidade de realização de cortes na geração distribuída, desde que haja regulamentação específica, e destacou que a modernização tarifária poderá criar incentivos para reduzir os impactos dessa modalidade sobre o sistema elétrico. Além disso, avaliou que o primeiro leilão de baterias, previsto para dezembro, será uma etapa importante para o desenvolvimento do armazenamento de energia no

Brasil e para o amadurecimento da regulação do setor acerca dos cortes de geração.

Fonte: [Link](#)

- **Governo prepara abertura do mercado livre de energia para todos os consumidores**

Decreto prevê livre escolha do fornecedor de energia para comércios, indústrias e residências entre 2027 e 2028

O governo federal encaminhou à Casa Civil a minuta do decreto que regulamenta a abertura do mercado livre de energia para consumidores de baixa tensão, conforme previsto na reforma do setor elétrico aprovada pelo Congresso Nacional. Pelo cronograma proposto, pequenos comércios e indústrias poderão escolher livremente seus fornecedores de energia a partir de novembro de 2027, enquanto os consumidores residenciais passarão a ter acesso ao mercado livre em novembro de 2028. Atualmente, apenas grandes consumidores, “alta tensão”, podem contratar energia nesse modelo, permanecendo os demais vinculados às distribuidoras de suas respectivas áreas de concessão.

O decreto também atribui à ANEEL a regulamentação da transição para o novo modelo e cria a figura do supridor de última instância, sendo este o responsável por garantir o fornecimento de energia em casos de falha ou encerramento das atividades da empresa contratada pelo consumidor. Até o fim de 2030, essa função será exercida pelas distribuidoras de energia, podendo posteriormente ser assumida por outros agentes, conforme regulamentação da agência.

Fonte: [Link](#)

- **ANEEL mantém bandeira tarifária amarela em julho**

Consumidores seguem pagando acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos

A ANEEL manteve a bandeira tarifária amarela para o mês de julho de 2026. Com a decisão, permanece o acréscimo de R\$ 1,885 a cada 100 kWh consumidos nas contas de energia elétrica. Segundo a Agência, a manutenção da bandeira reflete as condições menos favoráveis de geração durante o período seco, com redução dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas e maior necessidade de acionamento de usinas termelétricas, que possuem custos mais elevados.

Fonte: [Link](#)

- **Integração energética pode ampliar exportações de energia brasileira**

Expansão das interligações com países vizinhos é apontada como oportunidade para gerar receitas e fortalecer a segurança energética regional

A ampliação das interligações elétricas entre o Brasil e os países vizinhos pode transformar o excedente de geração renovável em uma nova fonte de receitas para o país, segundo avaliação do CEO do Grupo Bolt, Gustavo Ayala. Em entrevista à CNN Brasil, o executivo afirmou que o crescimento da geração solar tem produzido excedentes de energia em determinados períodos do dia, que poderiam ser exportados para mercados da América do Sul, gerando divisas para o Brasil e contribuindo para a descarbonização da matriz elétrica regional. Atualmente, o país possui interligações com Paraguai, Uruguai, Argentina e Venezuela, mas, segundo Ayala, a infraestrutura ainda é insuficiente para explorar todo esse potencial.

Diante deste cenário, o executivo defendeu investimentos em novas linhas de transmissão e maior coordenação entre os países da região para ampliar a integração energética. Como exemplo, citou a possibilidade de exportar o excedente de energia gerado no Mato Grosso para a Bolívia, projeto que acabou ficando de fora do próximo leilão de transmissão da ANEEL devido às incertezas regulatórias e à falta de definição sobre a infraestrutura do sistema elétrico boliviano.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **MME alerta para risco de fragmentação da política de minerais críticos**

Ministério defende maior coordenação da União sobre iniciativas envolvendo terras raras e minerais estratégicos

O MME manifestou preocupação com a possibilidade de fragmentação da política mineral brasileira após a assinatura de um memorando de entendimento entre o Governo de Goiás e o Departamento de Estado dos Estados Unidos para cooperação em minerais críticos e terras raras. Em resposta encaminhada à Câmara dos Deputados, a pasta afirmou que iniciativas estaduais desarticuladas podem comprometer competências atribuídas constitucionalmente à União,

destacando a necessidade de mecanismos institucionais que fortaleçam a coordenação federativa na formulação da política mineral.

O MME também esclareceu que a aquisição da mineradora Serra Verde pela empresa norte-americana USA Rare Earth configura apenas uma alteração de controle societário, sem necessidade de anuência prévia da ANM, e que o financiamento concedido pela agência norte-americana DFC a empresas privadas brasileiras não depende de autorização do Ministério. A pasta ressaltou, ainda, que as terras raras não estão sujeitas a controle especial de exportação no Brasil, mas considerou pertinente o debate sobre novos instrumentos regulatórios para minerais críticos e destacou a necessidade de ampliar a capacidade nacional de agregação de valor à cadeia produtiva desses minerais.

Fonte: [Link](#)

- **MME explica a composição da conta de energia elétrica**

Ministério detalha os principais itens da fatura, como tarifas, tributos, encargos e bandeiras tarifárias

O MME esclareceu os principais elementos que compõem a conta de energia elétrica. Em síntese, explanou que a tarifa é formada pela Parcela A, que reúne custos relacionados à compra de energia, transmissão e encargos setoriais, e pela Parcela B, correspondente aos custos de operação, manutenção e expansão da rede de distribuição, e que a fatura também inclui tributos, como ICMS, PIS/Pasep e Cofins, definidos pelas legislações federal e estadual.

Além das tarifas e tributos, a conta de luz pode incluir a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP/COSIP) e os valores das bandeiras tarifárias, que variam conforme as condições de geração de energia no país. Segundo o MME, compreender esses itens permite ao consumidor acompanhar melhor o consumo e entender a composição dos valores cobrados na fatura.

Fonte: [Link](#)

- **MME prepara plano para regularizar o garimpo e reduzir uso de mercúrio**

Proposta prevê ações ao longo de 12 anos para ampliar a formalização da atividade e eliminar práticas consideradas de maior risco ambiental e à saúde

O MME concluiu a minuta do Plano de Ação Nacional para a Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Mape), que estabelece medidas para regularizar o garimpo de ouro e reduzir o uso irregular de mercúrio no Brasil, em atendimento à Convenção de Minamata. O texto será submetido à consulta pública por 30 dias e prevê ações distribuídas ao longo de 12 anos, com prioridade para os três primeiros. Entre os principais objetivos estão a formalização da atividade garimpeira, a redução das emissões e da exposição ao mercúrio, o monitoramento do comércio da substância, o fortalecimento das políticas de saúde pública e a orientação aos garimpeiros.

A proposta não proíbe imediatamente o uso da substância nem regulariza automaticamente atividades informais, mas busca ampliar a formalização do setor e combater a atuação do crime organizado no garimpo ilegal, especialmente em terras indígenas e unidades de conservação, priorizando a eliminação de práticas de maior risco, como a queima de mercúrio a céu aberto, a amalgamação de minério bruto e a cianetação com mercúrio.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito